

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim Class.: Política Indígena
Data: maio de 1994 Pg.: 11 460

UNI-ACRE

Antônio Apurinã foi reeleito

A coordenação do líder indígena foi reconfirmada pela 8ª Assembléia Geral da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas



A 8ª Assembléia Geral da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, representando cerca de onze mil índios, confirmou a liderança de Antônio Apurinã como coordenador da organização, fundada formalmente em 1991. Foram cinco dias (18 a 22 de abril) de convivência entre lideranças de 15 diferentes nações espalhadas em 91 aldeias, que lotaram o auditório do Centro de Treinamento da Fundação Cultural do Estado do Acre, em Rio Branco.

Em seis detalhados pontos de discussão, iniciando pela retrospectiva de toda a história do movimento indígena no Acre, os índios trocaram opiniões sobre a sua organização, traçaram planos de trabalho, elegeram a nova coordenação da entidade, discutiram os direitos indígenas na Constituição e a revisão constitucional e ficaram conhecendo os detalhes da autodemarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kulina do médio Juruá. Finalizaram a assembleia aprovando uma declaração endereçada às autoridades brasileiras, à opinião pública e às entidades humanitárias nacionais e internacionais.

Leia a seguir a entrevista concedida por Antônio Apurinã ao advogado indigenista e jornalista Luís Augusto Araújo Marques, que cobriu a Assembleia da UNI.

PORANTIM — Como você avalia o movimento indígena no período que vai de 1991 até os dias de hoje?

ANTÔNIO APURINÃ — Foi um período em que a UNI se firmou mais entre as comunidades, que nós conseguimos fazer atividades que antigamente somente as entidades indigenistas faziam, especialmente no campo da saúde.

P — Você pode comparar, em poucas palavras, a sétima e a oitava assembleia?

AA — A sétima assembleia foi muito marcada por uma disputa entre brancos que pretendem influenciar no movimento indígena e isso acaba por repercutir entre as lideranças indígenas. Agora, nesta assembleia de 94, não vivemos essa tensão. Tivemos mais tranquilidade para discutir nossos problemas e ver como melhorar a vida dentro das aldeias.

P — Como estão as relações com as entidades não-governamentais que apoiam a luta indígena?

AA — Precisamos de todos os que queiram nos ajudar. Estas entidades têm dado uma grande contribuição à luta dos povos indígenas, que resistem ao extermínio. Se antes o Estado patrocinava a caça ao índio como maneira de ter mão-de-obra ou para limpeza de área, hoje o Estado nos condena à desassistência como for-

ma de extermínio. Todas estas entidades têm nos prestado uma grande ajuda. Agora é preciso que algumas pessoas entendam que os índios já começaram a perceber mais as coisas e que sabem por onde devem andar. A ajuda nós vamos continuar precisando.

P — Como está hoje a representação da UNI dentro das aldeias?

AA — No interior das comunidades, das aldeias, a UNI não interfere. A nossa organização tem mais o objetivo de unir todos os parentes no rumo da garantia dos nossos direitos e das nossas relações com o mundo de fora das aldeias.

P — Existe disputa interna pela

direção da UNI?

AA — Como eu falei antes, mais em virtude de orientações de assessorias, algumas lideranças por vezes entram em choque, mas não é nada muito significativo. Existem sim, com toda a franqueza, manifestações muito claras de desacordos e isso é resolvido quando estamos todos juntos. Se você acompanha a assembleia, pode ver que as principais articulações entre as lideranças ocorrem à noite. Lideranças se entendem, trocam opiniões, se articulam, fazem política. Isso é um sinal de que a nossa entidade está muito viva e que nossos parentes participam, é muito importante.

P — Acima da diretoria executiva da UNI existe um Conselho. Como é que ele funciona e qual a sua composição?

AA — O Conselho existe desde que nós resolvemos formalizar a UNI, em 1991. Ele é formado por representantes de todos os municípios do Acre e Sul do Amazonas onde existam aldeias. Agora ele vai passar a se reunir a cada três meses em aldeias diferentes. O principal objetivo das reuniões do Conselho é o repasse de todas as informações que nós julgamos que são de interesse dos nossos parentes. Os conselheiros têm o ativo papel de visitar todas as outras aldeias fazendo repasse de mais informação.

P — Há pouco tempo muitos índios negavam a sua identidade de índios, se envergonhavam da condição de índios. Isso tem mudado?

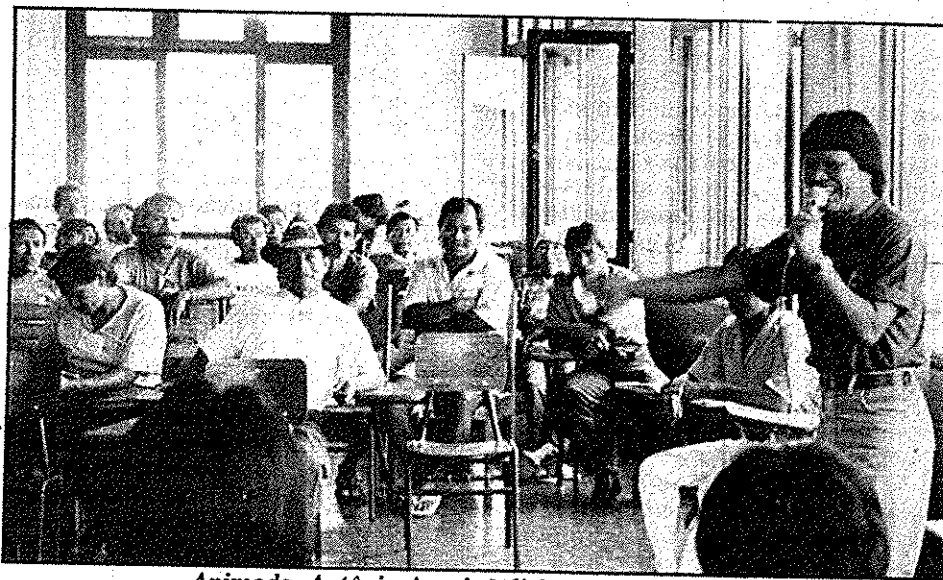
AA — De uns cinco anos para cá isso mudou muito. Hoje nossos parentes começam a sentir orgulho de serem índios. O massacre cultural contra os povos indígenas foi muito grande, a ponto de sermos comparados a bichos, e mesmo a grande discussão sobre se tínhamos ou não alma, espírito, a exemplo dos brancos. Estamos aos poucos reconquistando a nossa história, cultivando nossas tradições, mesmo que na atualidade gente importante chegue a afirmar que a cultura indígena não é "respeitável".

P — A quantas anda a autodemarcação que vocês estão realizando no médio Juruá?

AA — A autodemarcação está sendo realizada através de convênio entre a UNI e a Funai. A UNI entra com a mão-de-obra dos índios da área a ser demarcada e todo o equipamento que está sendo utilizado. No momento, a autodemarcação está paralisada por causa do período de chuvas. Estamos realizando a demarcação a um custo bastante inferior e com tecnologia muito avançada. Estamos utilizando fotos de satélites e GPS para localização física das coordenadas estabelecidas no memorial descritivo fornecido pela Funai. A participação dos parentes no processo de demarcação é positiva na medida em que os limites passarão a ser defendidos com mais certeza.

P — Vem aí a eleição para a presidência da República. Em quem você recomendaria o voto? PT ou PSDB?

AA — Eu pessoalmente acredito que o Lula está mais próximo das reivindicações dos índios. Eu vou votar no Lula. Agora, esse negócio de partido político entre os índios é meio complicado. O ideal seria que se algum parente quisesse se candidatar, que pudesse fazer sem que fosse obrigado a se filiar a partido político, exatamente porque não é da nossa cultura a existência de partido dentro de aldeia.



Animado, Antônio Apurinã dirige-se à Assembleia

"Queremos viver em paz!"

Ao final da Assembleia Geral, a UNI-Acre divulgou uma nota de quatro pontos. Redigida em termos duros, o documento critica a revisão constitucional, reafirma a identidade étnica e cultural dos povos indígenas, denuncia a omissão do Estado na assistência à saúde e nos processos de demarcação de suas terras e exige uma escola diferenciada.

Sobre a revisão, os líderes indígenas afirmaram que os grupos empresariais, os setores militares, uma parte do Congresso e importantes autoridades do Executivo, que se manifestaram contrários aos direitos indígenas inscritos na Constituição, revelaram "uma postura de intolerância em relação à sobrevivência e convivência de culturas diferentes no Estado brasileiro".

A respeito de sua identidade, disseram: "Não negamos a nossa condição de integrantes da socie-

dade brasileira, entretanto, não abrimos mão da nossa identidade cultural que nos distingue dos demais brasileiros. Somente poderemos exercer e cultivar a nossa cultura se o Estado brasileiro estiver convencido da possibilidade da convivência pacífica e verdadeiramente civilizada entre as várias nações que compõem o nosso Brasil".

Depois de considerar "criminoso a omissão do Estado brasileiro no que se refere à saúde e aos conflitos decorrentes dos demarcados processos de demarcação das nossas terras" e de exigir "uma educação diferenciada, que respeite os nossos valores e nos capacite para um melhor relacionamento com as outras culturas", os líderes da UNI-Acre lançaram "um apelo a todos os homens de responsabilidade, a todas as autoridades, a todas as organizações humanitárias — nós queremos viver em paz!".